



ATUALIDADE

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE, CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS E A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Maranhão versus Brasil

Entrevista com José Reinaldo B. Ribeiro Jr.¹ realizada por Valéria Ferreira Santos de Almada Lima²

- 1) Dados da PNAD Contínua Anual revelam que, entre 2019 e 2024, reduziu a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, tanto no Brasil quanto no Maranhão, tendo sido tal redução mais acentuada no âmbito estadual do que no nacional. Assim, em 2024, o Maranhão se mostrou em melhor situação do que a média brasileira em relação a esse indicador. A que você atribui esse resultado?**

Historicamente, observando a série temporal 2012-2024 da PNAD Contínua Anual, levando-se em conta os rendimentos provenientes do trabalho e do não trabalho, a exemplo de aposentadoria, pensão, aluguel, programas sociais como bolsa-família e BPC, aplicações financeiras, o coeficiente de Gini para a variável rendimento médio mensal domiciliar per capita do Maranhão sempre foi menor do que a média do Brasil, isto é, o Maranhão é menos desigual do que o conjunto do país visto panoramicamente. A princípio, isso chama a atenção.

Outrossim, é sempre bom deixar patente que ter coeficiente de Gini mais próximo de 0 no Maranhão (0,487) do que no Brasil (0,506), dado do ano de 2024, não implica dizer que essa Unidade da Federação (UF) não tenha a desigualdade social medida pela renda como algo marcante e mesmo desolador. Um panorâmico olhar sobre as cidades de grande e médio portes oferece elementos comprobatórios de que a diferença social chega a ser chocante. Que fique claro: apontar que o Maranhão é menos desigual do que o Brasil não inviabiliza afirmar que tanto o Brasil quanto o Maranhão e todas as 27 UFs tenham uma distribuição de renda monetária flagrantemente desigual, incluindo Santa Catarina, coeficiente de Gini de 0,431, o menor, e Distrito Federal, 0,547, o maior e, por conseguinte a mais desigual UF do Brasil, dado do ano de 2024.

Podemos, aqui, indiciar uma ou outra hipótese que pode justificar o fato de que o Maranhão é menos desigual, do que a média geral do Brasil. O Maranhão tem uma base muito ampla de pessoas com baixo rendimento e esse baixo rendimento tem diferenciações mínimas entre quem tem o básico, monetariamente falando, para separar, por exemplo, uma pessoa em situação de insegurança alimentar grave da moderada e mesmo de moderada para leve. Essa massa de pessoas no Maranhão com rendimento médio baixo aliada a estratos superiores, camada social média e seus diversos substratos, baixo, médio e alto, com baixa dispersão de rendimentos dentro desses substratos, pode influenciar no cálculo do índice de Gini. Ademais, a camada mais elevada de renda, por exemplo, o 1% superior, no caso do Maranhão, auferia uma renda em relação aos 60% de menor rendimento, pelo menos em 2023 e 2024, menor do que a média do Brasil. Em 2023, o 1% do estrato superior de renda no Maranhão auferia um rendimento 23,5 vezes superior aos 60% de menor padrão de renda. No Brasil, essa diferença era maior: 27,9 vezes. Em 2024, essa diferença a maior do Brasil em relação ao Maranhão, cresceu: 19,1 vezes superior no

¹ Economista, Especialista em Economia do Trabalho, Servidor de Carreira do IBGE/MA, e autor dos seguintes livros: "Formação do Espaço Urbano de São Luís" e "Economia e Política no Maranhão durante o Estado Novo."

² Economista, Doutora em Políticas Públicas-UFMA, Pesquisadora do GAEPP, Bolsista de Produtividade do CNPq, Coordenadora do Eixo Temático do Trabalho do Observatório Social e do Trabalho no Maranhão



Maranhão e 26,2 vezes superior no Brasil. O certo é que no Maranhão, tudo indica, dentro dos estratos e substratos de renda a dispersão dos valores encontrados nos domicílios é menor do que na média geral do Brasil e, mesmo entre o estrato inferior de renda e a última camada, o intervalo dos valores encontrados é menor no Maranhão do que no Brasil, conforme podemos perceber pelo valor encontrado na razão entre o 1% mais rico e os 60% de menores rendimentos. A Bahia, que tem condições socioeconômicas, em vários indicadores sociais, muito parecidas com as do Maranhão, em 2024, tinha um coeficiente de Gini menor ainda do que o do Maranhão: 0,481. Mas, em 2019, o coeficiente de Gini da Bahia, 0,557, era superior ao do Brasil (0,544) e ao do Maranhão (0,531).

Observando o coeficiente de Gini de 2024, por UF, vemos que aquela com maior volume de riqueza econômica, que é São Paulo (0,491), também, tinha, como o Maranhão, um coeficiente de Gini abaixo da média do Brasil (0,506). Mas, observemos, São Paulo apresentava um indicador de concentração de renda superior ao do Maranhão. Assim como o município de São Paulo tinha e ainda tem Jardins e Paraisópolis como espaços contrastantes para se visualizar a desigualdade social, principalmente com olhar baseado na dimensão renda, a capital maranhense tinha e tem ainda a Ilhinha e a Península da Ponta D'Areia para representarem bem a desigualdade por essa mesma dimensão da pobreza/riqueza que é a métrica calcada na quantidade de moeda disponibilizada nos domicílios.

Gostaríamos de apontar que a base de dados da PNAD C Anual, que coleta informações no domicílio das pessoas, tem suas limitações. Uma delas diz respeito à subnotificação, precipuamente junto aos estratos de renda superiores. Porém, isso acontece no Maranhão e em todo o Brasil. Os órgãos oficiais de estatística do mundo todo sabem que esse fenômeno da subnotificação é comum nas pesquisas domiciliares. Seria curioso proceder ao cálculo do coeficiente de Gini a partir, por exemplo, da base de dados da Receita Federal, embora nessa base não encontremos a massa de pessoas de baixo rendimento, que é efetivamente a grande maioria das pessoas com rendimento que residem no Brasil e no Maranhão, especificamente, o que limita enormemente uma comparação rigorosa entre as bases de dados de rendimento do IBGE e a da Receita Federal.

O fenômeno da subnotificação não inviabiliza, de todo modo, análise acurada sobre os dados coletados pelo IBGE, que são capazes, sim, de oferecer informações que permitam ter-se uma visão interessante e ampla sobre desigualdades sociais a partir do acesso ao rendimento monetário capturado diretamente nos domicílios.

- 2) Outras duas tendências identificadas no período em foco foram o crescimento do rendimento médio domiciliar em todas as fontes, com destaque para a renda proveniente do trabalho e para aquela advinda dos Programas Sociais, bem como o aumento do percentual da população com acesso à renda. Tais tendências, mais uma vez, foram mais acentuadas no Maranhão do que no Brasil como um todo. Na sua opinião, o que contribuiu para esse crescimento e porque o desempenho do Maranhão foi melhor do que o do conjunto do país?**

A PNAD C tem suas limitações quanto à geração de números e indicadores que possam nos permitir perceber de modo claro relações de causa(s) e efeito(s). Todavia, podemos fazer algumas revelações que nos permitem entender os motivos que proporcionaram ao Maranhão ter uma desenvoltura significativa quando se observa o rendimento médio mensal proveniente tanto do trabalho quanto de programas sociais.

Ao longo da série histórica iniciada em 2012, o Maranhão, quanto ao volume de pessoas ocupadas por posição na ocupação, teve uma mudança que podemos considerar como de tendência estrutural, isto é, foi caindo continuamente não somente em termos percentuais quanto absolutos, o quantitativo de pessoas que laboram como conta própria. E nessa posição na ocupação, a



informalidade é elevada, mais de 90%. A esmagadora maioria dessa mão de obra informal vive em situação laboral precária, com rendimento que muitas das vezes é menor até do que o do trabalhador doméstico formal. Embora o conta própria formal tenda a receber em média rendimento que pode ser mais de duas vezes e meia acima do que recebe um trabalhador doméstico formal e mesmo superior ao empregado do setor público celetista e também ao empregado formal do setor privado, essa parcela de formais como conta própria corresponde a menos de 10% do volume total desse tipo de posição na ocupação. Em 2014/15, o quantitativo de pessoas ocupadas como conta própria chegava a mais de um milhão de pessoas no Estado, representando, às vezes, mais de 40% da força de trabalho total ocupada. Atualmente, está um pouco acima dos 30,0%. Por outro lado, foi crescendo a participação relativa, no conjunto dos ocupados, dos empregados do setor privado e do setor público, onde há maior possibilidade de formalidade nas relações de trabalho do que na situação de conta própria, o que pode ensejar ganho mais elevado. E o rendimento médio mensal do trabalho no Maranhão só não cresceu mais porque no setor público há uma tendência de se manter com maior rigidez um valor médio mensal de salário menor do que o vizinho Estado do Piauí, por exemplo. Essa diferença pode estar no salário médio mensal na esfera municipal, posto que na esfera federal há forte indício de valores muito parecidos entre Maranhão e Piauí, bem como na esfera estadual.

Quanto ao rendimento proveniente de programas sociais, é preciso investigar se as UFs e os municípios detêm programas próprios de fortalecimento de renda familiar para pessoas de baixo rendimento domiciliar per capita. As UFs das regiões Nordeste e Norte são aquelas onde se encontram contingentes mais significativos de pessoas, proporcionalmente ao total da população, com perfil apropriado para serem amparadas por programas sociais de transferência monetária. Um fato merece atenção para entendermos o que aconteceu com o rendimento médio mensal proveniente de programas sociais ao longo da série histórica 2012-2024. A partir da pandemia, entrou em cena o programa social chamado de Auxílio Emergencial, cujo valor era bem superior ao valor pago pelo programa Bolsa Família, o maior programa social do país. Mesmo com o fim do programa Auxílio Emergencial, no final do ano de 2021, entrou em cena o Auxílio Brasil, que acabou por substituir, pelo menos no nome, o programa Bolsa Família, mantendo um valor intermediário entre os dois programas aqui evocados. A partir do 2º semestre de 2022, o valor do Auxílio Brasil voltou ao mesmo patamar do início do Auxílio Emergencial e mesmo com mudança de governo em 2023, foi mantido o valor do Auxílio Brasil, embora voltando ao nome já tradicional de Bolsa Família. Então, houve um corte em 2020 quanto ao valor individual do mais robusto programa social do país, fazendo com que houvesse um salto no rendimento médio mensal pago per capita. O aumento do Maranhão desse tipo de rendimento comparando 2024 com 2012 foi de 114,6%, superior à média do Brasil, 101%. De um modo geral, as UFs das regiões Norte - com algumas exceções, como Acre e Amapá - e Nordeste tiveram aumento no mesmo nível percentual nesse tipo de rendimento médio mensal.

Podemos citar, também, que olhando os aumentos de rendimento médio domiciliar per capita por estrato de renda, no Maranhão, entre 2019 e 2024, os 10% de menor rendimento, parcela potencial receptora de programas de transferência de renda, tiveram aumento de 153,7%. A média de aumento no Brasil para essa mesma camada de renda foi menor: 72,7%. Esses aumentos percentuais servem para constatar a força impulsionadora que tem os programas sociais de transferência de renda quando há mudanças nos valores pagos no rendimento médio mensal per capita das pessoas que estão dentro do perfil de renda apto a ser protegido. O impacto no ganho de renda dessa população é notório.

Por fim, vale observar que, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2023, em 171 municípios do Maranhão, 78,8% do total, havia por parte da administração pública municipal o desenvolvimento de ações, programas /projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda. Essa marca percentual está no mesmo patamar da média do Brasil, 79,4% dos municípios. Isso sinaliza para uma atenção por parte dos poderes públicos constituídos no



Maranhão que não fica a dever olhando o todo do Brasil, quanto à existência de políticas públicas voltadas para o importante e fundamental tema do trabalho e rendimento. Ademais, apenas 7 municípios do Maranhão indicaram na Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2023 não ter programa de concessão de benefícios sociais, dos tipos auxílios morte ou natalidade ou para enfrentar situações de calamidade pública ou mesmo benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária. Isso indica a existência, mesmo que possa ser frágil, de uma estrutura programática em nível municipal voltada para implementar políticas sociais.

- 3) Em que pesem os avanços apontados anteriormente, apenas 35,6% da população maranhense auferem rendimento do trabalho comparativamente aos 47,0% da média nacional, evidenciando baixa absorção laboral no estado. Isso tem contribuído para reforçar um discurso de que os Programas Sociais, sobretudo o Bolsa Família, exerceriam um efeito negativo sobre a disposição para o trabalho, apesar de alguns estudos recentes negarem a validade de tal discurso. Como você se posiciona nesse debate?**

Algum impacto, positivo ou negativo sobre o mercado de trabalho, certamente, tem. Eu, particularmente, não tenho estudado com mais profundidade o tema mercado de trabalho para discorrer sobre ponto tão controverso. Eu precisaria investigar a fundo as informações trazidas pelas pesquisas do IBGE além de analisar pesquisas feitas em campo por observadores argutos, por exemplo, para, a partir dos dados e informações obtidos, estabelecer correlações entre algumas variáveis para pelo menos intuir sobre essa intrincada questão. Os impactos sobre o mercado de trabalho têm que ser vistos a partir da existência não somente de programas de transferência de renda, mas de outras políticas que conjuntamente podem reposicionar pessoas nesse mercado quanto à oferta de sua força de trabalho. O Bolsa Família sozinho, sem outras políticas sociais, acredito eu, tem pouco impacto negativo no funcionamento do mercado de trabalho, no sentido de retirar pessoas deste. Tendo impacto negativo, não acredito que seja intenso, a ponto de gerar ou melhor de “esconder” uma taxa de desemprego que poderia ser maior. Quanto aumentaria? 0,25 ponto percentual (p.p.), 0,50 p.p., 1 p.p., 1,5 p.p. na taxa de desemprego? Não se saberia o quanto, mas, talvez, efetivamente tenha algum aumento. Enfim, pode ser que algumas pessoas, mesmo com rendimento baixo, nem sempre se sintam com a necessidade extrema de, não tendo uma ocupação, passarem a procurar por uma, o que poderia elevar a taxa de desemprego.

Eu gosto, por outro lado, de olhar mais os possíveis impactos positivos. Ao começar a discorrer sobre questão controversa e palpitante, de início, eu deixo claro que no caso dos impactos positivos ter-se-á que investigar mais a fundo para efetivamente estabelecerem-se as correlações entre as variáveis envolvidas. Por exemplo, observando os dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, alguns números chamam a atenção. Em 1991, antes da existência de programas de transferência de renda, antes da LOAS, no caso do Brasil, do total da força de trabalho (ou como se dizia, da População Economicamente Ativa), 9,4% eram pessoas de 10 a 17 anos de idade. Em 2000, já com funcionamento de políticas sociais de transferência de renda, esse percentual baixou para 7,7%. Em 2010, 4,7%. No Maranhão, esse indicador foi de 11,4%, 11,1% e 6,5%, respectivamente. A pergunta é: não foi melhor se ter menos crianças e jovens no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que aumentava a taxa de escolarização no país e no Maranhão? Foi somente o Bolsa Família responsável por esse fenômeno positivo? Certamente, não, mas que influenciou nesse resultado é algo desconcertante para mentes que: 1) se deixam levar por interpretações maliciosas que os números podem suscitar ou 2.) se deixam levar por casos isolados que não refletem o conjunto de uma obra social.

Em resumo, para mim, precisa-se continuar monitorando e aperfeiçoando as políticas de transferência de renda para pessoas em situação de pobreza diante de um sistema econômico capitalista que funciona sem capacidade de absorver o conjunto da força de trabalho e ainda mais em situação em que pagar o mínimo do mínimo para pessoas que precisam de trabalho é algo



que faz brilhar os olhos de quem quer lucros maiores ou daquela parcela da sociedade que aspira a maior conforto no lar utilizando trabalho o mais barato possível. Tem gente dessa camada social, da média para cima, que olha o Bolsa Família como uma ameaça de libertação de seus potenciais “cativos”. Ademais, a renda monetária proveniente do Bolsa Família entra diretamente no circuito de compra e venda de bens e serviços, o que enseja um mercado mais dinâmico, oportunizando crescimento econômico, facilitando a geração de um ambiente com expectativas de ganho mais visíveis com oportunidades de geração de empregos, inclusive formais.